



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

29/12/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. JUÍZES.....	1
1.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	2 - 3
1.3. PRESIDÊNCIA.....	4 - 5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	6
2.2. SERVIDORES.....	7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CNJ.....	8
3.2. CORREGEDOR.....	9
3.3. JUÍZES.....	10
3.4. PRESIDÊNCIA.....	11 - 12
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. ASSESSORIA.....	13 - 14
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CNJ.....	15 - 19
5.2. DECISÕES.....	20
5.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	21 - 22

6ª Vara Criminal de São Luís tem novo titular

O juiz Luis Carlos Dutra dos Santos foi titularizado na 6ª Vara Criminal de São Luís. O magistrado fez permuta com a juíza Eugênia de Azevedo Neves que agora passa a ser a titular do 10º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo.

Luis Carlos Dutra dos Santos entrou em exercício na manhã desta segunda-feira (23), perante o diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, o juiz Osmar Gomes dos Santos. Esteve presente também no primeiro dia de exercício do magistrado, a esposa do juiz, Terezinha Maria de Jesus Souza dos Santos.

Segundo Luis Carlos Dutra dos Santos, a área criminal é o seu porto seguro. "Me identifico muito com a área criminal, estou me sentindo em casa, estou tranquilo. Agora aqui é o meu porto segu-

ro", declarou o magistrado.

O novo titular da 6ª Vara Criminal nasceu no município de Anajatuba (MA) em 1961; graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 1989; possui Pós-Graduação em Direito Constitucional pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), em 2007. Ingressou na magistratura maranhense em 1997.

Atuou nas comarcas de Loreto, Poção de Pedras, Carolina, Pastos Bons, Santa Inês, onde permaneceu até ser promovido para a Comarca de São Luís, em julho de 2010, sendo titularizado no início de dezembro no Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo até 23 de dezembro de 2013, quando assumiu na 6ª Vara Criminal de São Luís.

Plantão Judiciário atende urgências durante recesso forense

Desde o último dia 20, quando teve início o recesso forense das unidades judiciais da capital, todas as urgências estão sendo atendidas em regime de plantão. Na Comarca Ilha de São Luís, da Além da capital, o plantão atende aos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Pág. 3

Plantão Judiciário atende urgências durante recesso forense

Desde o último dia 20, quando teve início o recesso forense das unidades judiciais da capital, todas as urgências estão sendo atendidas em regime de plantão. Na Comarca Ilha de São Luís, da Além da capital, o plantão atende aos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. O recesso se estende até o dia 20 de janeiro, ficando os prazos processuais suspensos até esta data.

Apesar do recesso, o trabalho administrativo continua funcionando normalmente, estando voltados para a organização interna, o que garante a continuidade dos serviços administrativos em todas as unidades.

A exemplo da Comarca da

Ilha de São Luís, nas comarcas do interior o atendimento também é feito em regime de plantão, para os casos considerados urgentes.

O recesso forense na Justiça de 1º Grau na capital e nas comarcas do interior atende ao Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Funcionando no Fórum Desembargador Sarney Costa (Avenida Carlos Cunha, s/n.º, Calhau), o plantão da Justiça dispõe de telefones celulares que permanecem com os juízes e secretários de plantão. O plantão conta ainda com o trabalho de oficiais de Justiça.

Para a área criminal os telefones são: (98) 8818-7951

(juiz) e 88027484 (secretário). Para a área cível, incluídas aí as ações de Juizados Especiais, os interessados podem ligar para os seguintes telefones: (98) 8811-3726 (juiz) e 8811-2153 (secretário). Os juízes auxiliares da capital Antonio Fernando dos Santos Machado e Lúcio Antonio Machado Vale respondem, respectivamente, pelos plantões criminal e cível até o dia 1º de janeiro.

Os plantões atendem a casos de comprovada urgência, conforme determina a Resolução nº 71/2009 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça. Serviços essenciais ao jurisdicionado, como Ouvidoria e Telejudiciário (0800-7071581), funcionam normal-

mente. O mesmo acontece com a unidade móvel do Juizado de Trânsito, cujos telefones são (98) 8815-8346 e 8878-3003.

Demanda - Responsável pelo plantão judicial na área cível de 20 de dezembro até essa quarta-feira (25), o juiz Clésio Muniz avalia o plantão como super positivo.

Segundo ele, foi grande o número de ações distribuídas no período, a maioria envolvendo operadoras de plano de saúde que se negaram a fazer o atendimento ao beneficiário. O plantão registrou também ações da área de família, a exemplo de busca e apreensão de menores, e ligadas à área da Criança e do Adolescente.

NOVA GESTÃO DO TJMA TEM FOCO NO CIDADÃO



⇒ Cleonice Freire recomendou a todos a trabalhar em harmonia

Pág. 5

Nova gestão do TJMA tem foco no cidadão

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, em reunião com juízes auxiliares da presidência, diretores e coordenadores, pediu o empenho de todos na melhoria dos serviços judiciários e no atendimento aos jurisdicionados.

Ela recomendou a todos a trabalhar em harmonia, de forma engajada, com foco nas principais metas da sua administração, já anunciadas no dia da sua posse, em 20 de dezembro.

“O foco principal da nossa gestão é a sociedade. Vamos aproximar a Justiça do cidadão, principalmente o que mora nas comunidades mais distantes”, afirmou Cleonice Freire, informando que, para atingir esse objetivo, irá trabalhar para aparelhar a apoiar a Justiça do 1º grau, com atenção às comarcas e juizados especiais.

De acordo com a magistrada, a infância e a juventude terão prioridade no biênio 2014/2015. “Vamos realizar um trabalho preventivo com as nossas crianças, a fim de evitar a marginalização e a criminalidade, e, no caso de incidência de algum delito, possibilitar a ressocialização”, ressaltou.

A presidente do TJMA disse ainda que a informa-

tização e a automação dos serviços receberá a atenção necessária, com vistas à celeridade processual e à implantação do processo judicial eletrônico.

Ao final do encontro, a desembargadora reafirmou que realizará reuniões mensais com todos os diretores, para acompanhamento das atividades desenvolvidas e avaliação dos resultados. Ela disse que o servidor também terá um momento próprio para ser ouvido.

Estavam presentes, na reunião os juízes auxiliares da presidência, Nilo Ribeiro e José Ribamar Castro, os diretores Hebert Leite (Geral); Francisco Silva (Administrativo); Gardênia Baluz (Financeira); Denise Batista (judiciária); Celerita Dinorah (Ferj); Arnor Machado (Engenharia); Jorge Oliveira (Informática); Daniel Gedeon (Recursos Humanos); coronel Jeferson Teles (Gabinete Militar) e capitão Alexandre Magno (Segurança Institucional).

Participaram ainda do encontro Antonio Carlos de Oliveira (Chefe da Assessoria de Comunicação) Márcia Banhos (Chefe do Cerimonial), Cláudia Rocha (Coordenadora da Folha de Pagamento), e assessores da presidência.

Superação de meta da biometria marca gestão de José Bernardo Silva Rodrigues no TRE

Em seu discurso de despedida da presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, o desembargador José Bernardo Silva Rodrigues agradeceu o comparecimento dos eleitores de São Luís, São José de Ribamar, Barra do Corda, Fernando Falcão, Timbiras e Jenipapo dos Vieiras para que a meta estipulada pelo recadastramento eleitoral biométrico nesses municípios fosse superada.

Bernardo Rodrigues deixou o TRE-MA quinta-feira, 19 de dezembro, em decorrência do encerramento de seu biênio como membro efetivo da Corte, categoria desembargador.

Antonio Pacheco Guerreiro Júnior foi eleito pelo TJMA para assumir a vaga.

"Fiquei na presidência desta Casa somente 10 meses com o compromisso de bem servir o cidadão e quando me propus o desafio de presidir esta Corte Eleitoral tinha um propósito, um objetivo. Queria deixar algo de concreto, pois não justifica que agentes públicos simplesmente passem pelos cargos ou deixem os cargos passar por eles", assinalou.

Um grupo de quatro empresários do ramo de peças e um graduado servidor do Tribunal de Justiça do Maranhão passaram maus bocados dias atrás, quando faziam um cruzeiro que saiu de Recife, com destino ao Rio de Janeiro e escala em Salvador.

*

Após zarpar de Salvador, o comandante do navio fez uma manobra arriscada e a embarcação quase vai a pique. A turbulência foi tão grande que os nossos conterrâneos perderam celulares, computadores e outros pertences que voaram e caíram no mar.

*

Ressabiados, não terminaram o cruzeiro e não quiseram detalhar a história do incidente marítimo. Um deles, pelo que contaram aqui pro teu pretinho, foi acometido de uma crise de desarranjo intestinal após chegar em terra firme.

Desempenho do Judiciário

O desembargado Antônio Guerreiro Jr. prometeu que este ano o Tribunal de Justiça do Maranhão realizaria um esforço para cumprir a meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça no que se refere ao julgamento de ações de anos passados.

O Judiciário maranhense pode não ter cumprido totalmente a meta do CNJ, mas teve um desempenho altamente satisfatório, pois julgou quase 60 por cento da meta.

A previsão era de que este ano os Tribunais estaduais julgassem 114.308 ações, mas só 61.308 processos de improbidade administrativa, entre os quais está o de corrupção, foram analisados.

- **A corregedora**-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, já teria recebido informações não formais sobre o imbróglio envolvendo a juíza e o prefeito de Santa Inês.

Nada disso!

A turma do deixa disso tentou colocar um ponto final no imbróglio que envolve o prefeito de Santa Inês, Ribamar Alves (PSB), e a juíza Larissa Tupinambá, que o acusou de assédio sexual.

O projeto colocado em prática objetivava pelo menos manter o conflito em plano discreto, longe da mídia, ou até mesmo a colocação de um ponto final.

O marido da magistrada, Geraldo Castro, que é secretário de Educação de São Luís, bateu na mesa e recusou todos os acenos de paz.



NO GALA DE DEZEMBRO, a grande confraternização realizada no Pestana São Luís Resort & Hotel, brilharam intensamente: 1) o charme da top model maranhense mais famosa no mundo da moda internacional, Bianca Klamt (acima), que se destacou no ambiente deslumbrante criado por sua mãe Cintia Klamt Motta; 2) o ministro do Turismo, Gastão Vieira, com sua esposa Denise (embaixo), fazendo moldura para o Repórter PH; 3) as duas mulheres mais poderosas do Maranhão - a governadora Roseana Sarney e a presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Cleonice Freire (acima, à direita); e a presidente do Sistema Mirante, Teresa Murad Sarney (à direita, embaixo), usando um elegantíssimo modelo criado por Guilherme Guimarães, ao lado do Repórter PH

Fotos/Divulgação



O Imparcial leva prêmio Ararajuba de Jornalismo Ambiental

Em solenidade bastante prestigiada, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) premiou, na última quinta-feira (12 de dezembro), seis profissionais da imprensa maranhense na primeira edição do Prêmio Ararajuba de Jornalismo Ambiental. A solenidade aconteceu em espaço de eventos no Olho d'Água.

"Este prêmio serve de incentivo às reportagens voltadas para a área do meio ambiente e também de agradecimento pelo trabalho desses profissionais como agentes fiscalizadores e divulgadores do trabalho da Sema. A imprensa é uma espécie de caixa de ressonância da sociedade e nosso objetivo é fortalecer a política ambiental do nosso estado", ressaltou o secretário estadual do Meio Ambiente, Victor Mendes.

As homenagens se estenderam aos profissionais que tiveram trabalhos selecionados e todos receberam troféus. Foram distribuídos R\$ 21 mil em prêmios divididos em seis categorias: Acadêmicos de Jornalismo, Telejornalismo, Jornalismo Impresso, Webjornalismo, Radiojornalismo e Fotojornalismo. A noite também foi animada pelo elenco da peça **Pão com Ovo**, da Santa Ignorância Cia. de Artes.

Foram premiadas as reportagens **Campanha Verde para uma Cidade Sustentável** (Guilherme Felipe Oliveira Lima e Rafael Figueiredo da Silva Batista - TV UFMA Ascom), **Universidade, sinônimo de uma cidade sustentável** (Sansão Hortegal Neto - site

institucional da UFMA), **"Beleza e poluição"** (Michel Ribeiro Sousa - jornal **O Imparcial**), **Ministério do Turismo libera verba de R\$ 30 milhões para despoluir praias** (Biaman Prado - jornal **O Estado do Maranhão**), **Cultivo sustentável da ostra no município de Raposa** (Venilson Gusmão - Rádio Universidade FM) e **Tartarugas do Delta** (Sidney Pereira, Miguel Nery e Manoel Costa - TV Mirante).

De acordo com o secretário Victor Mendes, o nome escolhido para o Prêmio Ararajuba refere-se a uma espécie de arara pouco conhecida, que ocorre principalmente na região do Gurupi e que está em extinção no Brasil, sendo mais frequente atualmente no Maranhão.

Os agraciados comemoraram a vitória. Para Sansão Hortegal Neto, vencedor na categoria Webjornalismo, a premiação funcionará como um estímulo para que prossiga trabalhando o tema. "Este prêmio serve de incentivo para produzirmos mais reportagens sobre meio ambiente e, assim, busquemos ajudar em sua preservação", observou.

O Prêmio Ararajuba foi lançado em junho pela Sema e contou com 60 trabalhos inscritos, sendo 27 produções selecionadas para a última etapa. Os finalistas foram avaliados por uma comissão julgadora composta por sete profissionais da área e especialistas na questão ambiental. O tema foi "Sustentabilidade".

A Comissão Julgadora foi composta por Antônio Carlos de Oliveira (jornalista e assessor-chefe de comunicação do Tribunal de

Justiça do Maranhão); Antônio Fernandes Cavalcante Júnior (advogado, vice-presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da OAB-MA); Clarissa Moreira Coelho Costa (bióloga, superintendente de Biodiversidade e Áreas Protegidas da Sema e professora universitária); Félix Alberto Lima (jornalista, com experiência em assessoria e publicidade, proprietário da Clara Comunicação); José Albani Ramos de Souza (fotógrafo, autor dos livros "Maranhão, história, cultura e natureza", "Brinquedos Encantados" e "São Luís: alma e história"); Luzenice Macedo Martins (consultora da área ambiental da Assembleia Legislativa e da Sema e idealizadora do Instituto Maranhão Sustentável); e Nilson José Amorim Matos (jornalista e professor do Departamento de Comunicação Social da UFMA).



Este prêmio serve de incentivo para produzirmos mais reportagens sobre meio ambiente e, assim, busquemos ajudar em sua preservação

Victor Mendes,
secretário estadual
de Meio Ambiente

» Os premiados

ACADÊMICOS DE JORNALISMO:

"Campanha Verde para uma Cidade Sustentável" - Guilherme Felipe Oliveira Lima e Rafael Figueiredo da Silva Batista - TV UFMA Ascom;

Webjornalismo:

"Universidade, sinônimo de uma cidade sustentável" - Sansão Hortegal Neto - Site Institucional da UFMA;

Jornalismo Impresso: "Beleza e poluição" - Michel Ribeiro Sousa (Michel Sousa) - **Jornal O Imparcial**;

Fotojornalismo: "Ministério do Turismo libera verba de R\$ 30 milhões para despoluir praias" - Pedro Biaman Prado -

Jornal O Estado do Maranhão;

Radiojornalismo: "Cultivo sustentável da ostra no município de Raposa" - Venilson Gusmão - Rádio Universidade FM;

Telejornalismo: "Tartarugas do Delta" - Sidney Pereira (repórter), Miguel Nery (imagens) e Manoel Costa (técnico) - TV Mirante.



Secretário estadual do Meio Ambiente, Victor Mendes, entrega prêmio aos vencedores de cada categoria



A matéria Beleza e Poluição, do repórter Michel Sousa, garantiu o prêmio para o jornal O Imparcial

AO AVALIAR VISITA DE CONSELHEIROS

Uchôa contesta relatório de inspeções em Pedrinhas

O secretário de Estado da Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, em entrevista ao **Jornal Pequeno**, avaliou a visita dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrida no dia 20 de dezembro passado, dizendo que a inspeção dos conselheiros aconteceu devido a uma decisão rotineira, em virtude dos últimos eventos registrados no Complexo de Pedrinhas. Uchôa contestou parte do relatório de inspeção.

PÁGINA 1 [C2]

Uchôa avalia visita dos conselheiros e anuncia reforço da PM em Pedrinhas

NELSON MELO

O secretário de Estado da Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, em entrevista ao **Jornal Pequeno**, avaliou a visita dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrida no dia 20 de dezembro passado, dizendo que a inspeção dos conselheiros aconteceu devido a uma decisão rotineira, em virtude dos últimos eventos registrados no Complexo de Pedrinhas.

Segundo Uchôa, houve uma preocupação massiva entre os conselheiros com relação a dois pontos analisados por eles: lentidão no Poder Judiciário local e supostos abusos da Força Nacional. Com relação a este último caso, Uchôa salientou que está sendo investigado pela Sejap.

Além disto, Sebastião Uchôa anunciou o reforço da segurança interna das unidades prisionais de Pedrinhas com um efetivo da Polícia Militar, sob o comando de um oficial, "que irá fazer rondas ostensivas nos presídios"; bem como pela cavalaria montada da PM, com função de patrulhamento nos períodos noturnos. Já a Força Nacional, de acordo com o secretário da Sejap, atuará como uma "força de sobreaviso", "sendo chamada somente quando a intervenção for necessária".

Sobre a visita dos conselheiros federais, Sebastião Uchôa lembrou que eles realizaram a inspeção no Complexo de Pedrinhas, naquela primeira visita – ocorrida no dia 23 de outubro deste ano – em função da rebelião na Cadet e da briga entre facções criminosas; assim como para averiguar sobre a realização de concurso público para agentes penitenciários.

Eles vieram, disse Uchôa, para investigarem se ações, no sentido de resolver estas questões, estavam sendo promovidas pelo Estado.

Naquela ocasião, e na última vistoria, disse ele, os representantes do Ministério Públi-

co demonstraram bastante preocupação com a grande quantidade de presos provisórios em Pedrinhas, quando comparados com os já condenados. No complexo penitenciário local, segundo o secretário da Sejap, cerca de 650 cumprem pena em regime fechado, e 1.525 são provisórios. "Com relação a estes últimos, tratam-se de situações indefinidas judicialmente", sustentou Uchôa.

Por outro lado, o secretário da Sejap revelou que, juntando-se aos agentes penitenciários, terceirizados armados e monitores de ressocialização, uma tropa da PM irá trabalhar na segurança dos presídios ludovicenses. O Batalhão de Choque, sob o comando do tenente-coronel Sá, complementou ele, dará apoio ao novo efetivo, tal qual a Força Nacional. Os policiais militares iniciaram suas atividades ontem, no início da noite.

Quando perguntado sobre o tempo em que eles irão permanecer em Pedrinhas, Sebastião Uchôa disse que é indefinido, sem data para terminar. Sobre as obras na Casa de Detenção (Cadet), o secretário anunciou que, a partir do dia 25 de janeiro do próximo ano, ela será entregue, sob o nome Casa de Ressocialização São Luís, onde irá abrigar aproximadamente 500 detentos. Com relação às unidades prisionais anunciadas pela governadora Roseana Sarney (PMDB), ele disse que já estão sendo construídas no interior do Maranhão, "executando São Luís Gonzaga e Timon; pois ainda estão em processo licitatório".

O secretário finalizou a entrevista rebatendo as notícias sobre os casos de estupros que, supostamente, estariam acontecendo nos cárceres de Pedrinhas; quando esposas e irmãs de presos estavam sendo obrigadas a manter relações sexuais com líderes de facções criminosas, sob a ameaça de execução dos detentos ligados às vítimas. Sebastião Uchôa revelou que a Delegacia Especializada da Mulher está investigando o caso, mas declarou que a Ouvidoria da Sejap não recebeu nenhuma denúncia de apenados e de seus familiares concernente à situação. "Caso isto seja confirmado, tudo será devidamente apurado e nós iremos tomar as devidas providências", frisou Uchôa.

Secretário contesta relatório de inspeções a unidades prisionais

A Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão (Sejap) contestou, neste sábado (28), parte do relatório de inspeção nos estabelecimentos prisionais, apresentado pelo juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Douglas de Melo Martins, ao ministro Joaquim Barbosa, na sexta-feira (27).

A Sejap contesta três pontos do documento. Primeiramente, desmente o vídeo que enviado pelo presidente do Sindicato de Agentes Penitenciários, que mostra um suposto preso com um de seus membros inferiores dilacerados.

De acordo com Sebastião Uchoa, os diretores dos presídios não confirmam que se trata de preso ou apenas do Sistema Penitenciário, muito menos que as imagens refletem ambientes internos penitenciários. Leia a seguir o texto encaminhado por Uchoa para a imprensa:

"Questiono parcialmente o relatório assinado pelo juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, Douglas Melo, pós inspeções realizadas nas unidades prisionais localizadas na região metropolitana de São Luís, basicamente em quatro pontos cruciais.

Primeiro: porque não consignou a grande e reiterada reclamação da massa carcerária dos presídios vistoriados no que tange ao número altíssimo de presos provisórios aguardando julgamento e muitas vezes esquecidos pelos órgãos da Justiça, isso sendo vozes uníssoras com pedidos de socorro prementes.

Segundo: a inexistência de pedido de permissão efetuada pelos diretores da Unidade do Centro de Detenção Provisória de que as autoridades visitantes só poderiam adentrar em todos os blocos se houvesse permissão de líderes de facção, mas fato extremamente isolado perante um único bloco em face de estarem em dia de visita, e durante esse pouco período que têm os presos com seus familiares, até por questão de política de proximidade das famílias com seus entes encarcerados e cultura do cárcere, costumam preservar esses horários como sagrados, mas não se opuseram pós visita de seus familiares, realizarem inspeção direta no bloco em que estava acontecendo o evento, fatos esses presenciados pelo secretário adjunto de Administração Penitenciária, diretora geral da Unidade Prisional e outros servidores colaboradores.

Terceiro: a utilização de um vídeo com supostas e duvidáveis imagens de uma pessoa com graves lesões num membro inferior enviado por mem-

bro da organização sindical dos agentes e inspetores penitenciários, como sendo um fato ocorrido dentro do Centro de Detenção Provisória quando do último acontecimento em que foram assassinados quatro presos, imagens essas negadas pela Diretoria do Presídio e demais unidades como sendo fato ocorrido em ambientes penitenciários, e com grande possibilidade do evento em si, tratar-se de um acidente de trânsito e maliciosamente plantado como mais um fato nefasto ocorrido dentro de Presídios Maranhense.

Por fim: que o assassinato ocorrido no Presídio São Luís 2 tivera vínculo com a denúncia de que esposas de presos estariam sendo obrigadas a terem relações sexuais com líderes de facção já que neste dia, estava havendo o encontro íntimo em tal bloco, fato este profundamente equivocado, pois a visita íntima a que se reportou o magistrado era de outro bloco, totalmente estanque e desvinculado do local onde preso havia sido assassinado, dentre outros pontos que são passíveis de questionamentos, embora a desestrutura histórica por que tem vivido o Sistema Penitenciário, onde nas mãos de alguém, um dia a bolha iria estourar, neste caso específico, na atual gestão em que não tem medido esforços para revertermos o quadro, sobretudo com os grandes investimentos do Governo do Estado, ora em curso."



**SEBASTIÃO UCHOA anuncia
reforço da segurança interna
das unidades prisionais de Pedrinhas**

DEU NA FOLHA

'VISITA ÍNTIMA' OCORRE DIANTE DE TODOS EM PRESÍDIO DO MA, DIZ CNJ

Homem com a perna dissecada torturado até a morte, relações sexuais em ambiente coletivo e presos com doenças mentais misturados aos demais detentos. E a conclusão: o governo do Maranhão tem sido "incapaz" de coibir a violência. O cenário de terra sem lei no complexo prisional de Pedrinhas, na capital, São Luís, foi descrito em um relatório do juiz Douglas Martins, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), após visita ao local no dia 20.

PÁGINA 3 (C1)

‘Visita íntima’ ocorre diante de todos em presídio do MA, diz CNJ

JULIANA COISSI
DE SÃO PAULO

Homem com a perna dissecada torturado até a morte, relações sexuais em ambiente coletivo e presos com doenças mentais misturados aos demais detentos. E a conclusão: o governo do Maranhão tem sido “incapaz” de coibir a violência.

O cenário de terra sem lei no complexo prisional de Pedrinhas, na capital, São Luís, foi descrito em um relatório do juiz Douglas Martins, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), após visita ao local no dia 20.

O governo maranhense confirmou 59 mortes neste ano em Pedrinhas – já o CNJ aponta 60. Na última rebelião, em 17 de dezembro, três detentos foram decapitados.

O complexo, projetado para 1.700 homens, abriga 2.500, segundo o CNJ.

O documento foi entregue, na sexta-feira (27), ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa, que preside o conselho. O relatório reproduz o apelo feito ao ministro pela OEA (Organização dos Estados Americanos) de que o governo brasileiro precisa agir para garantir a integridade dos presos no Maranhão.

Uma cena chocante é citada no documento: um vídeo, que, segundo Martins, foi enviado pela direção do sindicato dos agentes penitenciários, com o registro da morte lenta de um detento em Pedrinhas.

O vídeo é “a cena mais bárbara que já vi”, nas palavras ditas à **Folha** por Martins, juiz



JUIZ DOUGLAS Martins denuncia caos e abusos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas

experiente em visitas a presídios pelo país.

A imagem mostra um preso ainda vivo tendo a pele da perna dissecada. A tortura expõe músculo, tendões e ossos.

A **Folha** teve acesso ao vídeo. As imagens são muito fortes.

A primeira explicação no relatório para o caos encontrado é o excesso de presos. “As unidades estão superlotadas e já não há mais condições para manter a integridade física dos presos”, além dos familiares e dos que atuam em Pedrinhas.

Soma-se à superlotação o

método do governo maranhense de misturar no mesmo espaço presos do interior e da capital. A reunião motiva a guerra entre facções: o Bonde dos 40, de criminosos da capital, e do Primeiro Comando do Maranhão, do interior.

Quem chega a Pedrinhas precisa aderir ao sistema, diz o relatório. “Presos novos são obrigados a escolher uma facção quando ingressam nas unidades”.

O juiz do CNJ presente na visita cita ainda que os responsáveis pela segurança já não são capazes de conter os pre-

sos. Para um agente entrar em pavilhões, é preciso ter o aval de líderes de facções.

Como não há celas no CDP (centro para presos provisórios) e nas duas penitenciárias (para os já condenados), todos circulam livremente. O modelo, para o CNJ, “inviabiliza a garantia de segurança mínima para os presos sem posto de comando”.

Estupros – A insegurança para esses detentos novatos, na base da hierarquia das facções, se estende às suas mulheres. O documento aponta que, como o ambiente é coletivo, é no mesmo espaço que ocorrem os encontros íntimos.

A livre circulação, diz o documento, “facilita o abuso sexual praticado contra companheiras dos presos sem posto de comando”.

Martins argumenta ainda que o governo do Maranhão “tem se mostrado incapaz de apurar, com o rigor necessário, todos os desvios por abuso de autoridade, tortura, outras formas de violência e corrupção praticadas por agentes públicos”.

Procurado, o governo do Maranhão não se manifestou. Em reportagens anteriores, informou que criou uma direção de segurança dos presídios, sob comando da Polícia Militar, a fim de reforçar a segurança.

O governo já havia afirmado também que sempre agiu em conjunto com setores da defesa dos direitos humanos e que “o agravamento da situação” ocorreu após o Estado ter tomado “medidas saneadoras”, como mudanças de comando e reestruturação dos presídios.

(Folha Online)

Caro Dr. Pêta;

O prefeito de Pinheiro foi recentemente condenado, em primeira instância, à perda dos seus direitos políticos, por improbidade administrativa. Na última visita que Roseana Sarney fez a Pinheiro foi perguntado a ela se os direitos políticos de Filuca Mendes estavam cassados. Ela respondeu que não. Ora, será que a governadora que manda no TJ-MA? Ou a sentença do Juiz de Pinheiro em primeiro grau não tem valor?

O Dr. Anderson Sobral de Azevedo, Juiz responsável pela 1ª Vara, que teve a coragem de fazer valer sua função, que é julgar, com certeza em breve vai ser transferido de Pinheiro, porque condenou um 'figurão' da política, e ainda multou em mais R\$ 750.000,00. Condenou o afilhado de senador José Sarney à perda dos direitos políticos, resgatando em parte a credibilidade da Justiça. Essa decisão, claro, pode ser reformulada no TJ-MA, caso entenda que o Juiz está errado. O Pleno também pode receber pressões para entender assim. Mas para isso contamos com CNJ, para denunciar possíveis manipulações na Justiça do Maranhão. E como último 'remédio', resta-nos o Supremo Tribunal Federal, que, pelas mãos do ministro Joaquim Barbosa, mostra que não é utopia ver corruptos de colarinho branco na cadeia.

(Gustavo Urbano Lopes – Pinheiro - MA)



PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
COMARCA DE SÃO LUÍS - 10ª VARA CÍVEL

Fórum Des. Sarney Costa, Av. Prof. Carlos Cunha, s/nº, 6º Andar, Calheta, São Luís/MA,
Fone/fax: (98) 3194-5653

EDITAL DE INTIMAÇÃO
com prazo de 15 (quinze) Dias

Reg. Distribuição : 43584-13.2013.8.10.0001
Denominação : Processo Cível e do Trabalho | Processo
Cautelar | Interpelação
Parte(s) Requerente(s) : MARAVILLE 1 - PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA
Parte(s) Requerida (s) : JOAO DAMASCENO PINTO

**A DOUTORA SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO, JUÍZA
DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS,
CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et
cetera.**

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele
conhecimento tiverem, que fica **INTIMADO** a parte requerida, **JOAO
DAMASCENO PINTO**, atualmente, em lugar incerto e não sabido, para
efetuar o pagamento do débito, atualizado, no valor de **R\$ 16.808,92**
(dezessêis mil, oitocentos e cinco reais e noventa e dois centavos). E
para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no
futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de
costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos
da Ação em epígrafe, a seguir transcrito: "Intime-se o Interpedado por
edital. Decorridas 48 horas da devida intimação, entregue os autos à
parte independente de traslado."

Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do
Estado do Maranhão, na Secretaria da 10ª Vara Cível. Aos 10 de
dezembro de 2013. EU , Secretária Judicial, mandei
digitar e assinar.

SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO
Juíza de Direito da 10ª Vara Cível da Capital



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DA 7ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
R. Rio Professor Carlos Cunha, 506 - Collina
CEP.: 65.020-410 São Luís - MA



EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 7261-09.2013.6.10.0001
DENOMINAÇÃO: Processo Cível e do Trabalho | Processo Cautelar | Interpleção
DATA DO AJUIZAMENTO: 28/02/2013 08:51:25
VALOR DA CAUSA EM R\$: 1000,00
PART(S) REQUERENTE(S): MARAVILLE 1 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
IMOBILIARIO LTDA
PART(S) REQUERIDA(S): JOSENILSON RODRIGUES DA SILVA

O DOUTOR JOSÉ BRÍGIDO DA SILVA LAGES, JUIZ DE DIREITO DA SÉTIMA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ET COETERA...

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) CITADO a(s) parte(s) requerida(s), JOSENILSON RODRIGUES DA SILVA, que se encontra em local desconhecido, para manifeste-se sobre o despacho de fls. 48 . E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho,

OBSERVAÇÃO: prazo inicia-se após o **TRANSCURSO DOS VINTE DIAS** FIXADOS A PARTIR DA 1ª PUBLICAÇÃO.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte requerida, como verdadeiros os fatos articulados pela parte requerente, por força do art. 319 do CPC.

O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos 21 de novembro de 2013. Eu, Edson Secretário(a) Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Dr. José Brígido da Silva Lages
Juiz de Direito da 7ª Vara Cível.